



Diásporas de afrodescendentes: um estudo dentro e fora do Brasil

Lucia Helena Oliveira Silva

Buscamos aqui refletir sobre os primeiros resultados de uma pesquisa sobre a população afrodescendente dentro e fora do Brasil nos anos subsequentes a Abolição da escravidão. A investigação trata da reorganização da vida dos emancipados e seus descendentes nas décadas seguintes a Abolição, as primeiras décadas do século XX. Privilegiamos a mobilidade entre outras estratégias de vida como um dos caminhos seguidos pela população liberta e afro-descendente (Silva, 2001).

A mobilidade de libertos ocorreu no Brasil e nos lugares onde houve escravidão. Segundo Joan Scott as opções de vida para um ex-escravo nas Américas depois da abolição dependiam, em larga medida, de como a escravidão havia sido empreendida, do lugar que se estava e, principalmente, de como havia ocorrido o processo de emancipação. Entre os diversos caminhos migrar era uma das opções de vida para os ex-escravos (Scott, 1991, p.234).

Nos lugares aonde a liberdade chegou mais cedo as experiências vivenciadas mostravam que afrodescendentes tinham um longo caminho para efetivação de sua cidadania. Tal condição já podia ser vislumbrada no Haiti onde a abolição e independência foram pioneiras e que não será neste momento nosso objeto de estudo. Outra experiência de pós-emancipação bastante rica são os Estados Unidos aonde abolição da escravidão se deu em 1865 após uma guerra civil (1861 - 1865). Nos Estados Unidos havia uma grande população de escravos estabelecida nos estados do sul que possuía grandes plantações dependentes da mão-de-obra escrava e um pequeno contingente de escravos espalhado pelos estados do norte e oeste. Após o final da guerra, os emancipados obtiveram importantes ganhos como o direito ao sufrágio universal e acesso ao poder político que significava acesso a alguns cargos. Ali, as melhores oportunidades de trabalho estavam no norte e tão logo houve o final do conflito interno, muitos libertos passaram a se deslocar nesta direção.

Migrar foi uma ação muito aguardada pelos escravos que, tão logo puderam puseram-se em marcha para lugares distantes de seu cativeiro (Foner, 1988, p.39). Contudo, esta migração envolveu questões mais complexas do que a expressão do desejo dos libertos e em qualquer lugar onde ocorresse ela foi uma reação as condições de vida adversas.



Nos Estados Unidos o deslocamento dos libertos e seus descendentes a Great Migration começou em 1865 continuando durante o final do século XIX e primeiras décadas do século XX com alguns intervalos na Reconstrução¹ e Depressão. Na década de 1930 ele reiniciou prosseguindo durante a Segunda Grande Guerra mantendo-se regular até a década de 1970. Os fluxos migratórios direcionaram-se aos estados do Norte do país e depois aos estados da região Oeste alterando profundamente tanto as regiões de onde saíram como as que se estabeleceram. Nova Iorque, por exemplo, foi estado que recebeu muitos migrantes devido ao intenso processo de expansão da industrialização.

No Brasil a migração de afrodescendentes começou ainda nos momentos finais da escravidão como registra Maria Helena P.T. Machado (1994), mas os destinos para onde se dirigiram são ainda pouco conhecidos. Estabelecer alguns pontos de aproximação entre as migrações aqui e nos Estados Unidos é nosso intento.

Afrodescendentes em movimento

No Brasil os estudos sobre a migração afrodescendente no período pós-abolição tem ganhado fôlego a partir de valiosas contribuições. No Sudeste Ana L. Rios e Carlos Costa (2008) buscaram compreender a migração entre remanescentes de quilombo em área do Vale do Paraíba carioca através das genealogias das famílias. Os pesquisadores apontaram que na maioria das famílias pesquisadas membros da família haviam feito deslocamentos. A maioria das migrações era em nível regional entre cidades próximas. Percebeu-se também que a população negra tanto quanto pode evitou o trabalho com a lavoura. Rios e Costa apontaram problemas comuns de quem pesquisa o tema como recenseamentos com pouca confiabilidade e ausência do quesito cor. O item cor no início de regime republicano foi retirado de boa parte das fontes demográficas. No caso específico deste estudo as fontes orais dos descendentes e os registros civis de nascimentos foram essenciais para descobrir a procedência de libertos.

Carlos Costa também desenvolveu tese sobre a migração de pretos e pardos para a Baixada Fluminense, entre os anos de 1888 a 1940. Segundo ele, a estratégia de migrar para grandes centros no início do século XX, indica que os ex-escravos e seus descendentes “tinham conhecimento das economias

¹ O período de Reconstrução é o período que vai de 1865 até 1877 correspondente ao período de reorganização do Sul, ampliação do voto aos homens libertos e doação de fazendas requeridas por ex-escravos que cuidaram destas propriedades enquanto aconteceu a guerra.



crescentes e das novas oportunidades de trabalho no Estado do Rio de Janeiro”. Além disso, a lavoura de café tornara-se um cultivo de larga escala dificultando a vida daqueles que produziam em pequenas propriedades e de forma independente. As dificuldades foram um grande incentivo para a migração.

Também trabalhando com a migração de afrodescendentes paulistas (Silva, 2001) descobrimos que parte deles começou a se deslocar para o Rio de Janeiro. A cidade tinha espaços socioculturais da comunidade negra em bairros como Santana, Lapa entre outros e espaços de trabalho nas docas que a tornava atraente para os libertos. A presença negra no pós-abolição era maciça na cidade do Rio de Janeiro enquanto que em São Paulo a população cada vez mais se branqueava devido a presença imigrante.

Nos EUA o deslocamento de milhões de pessoas do sul para o norte e oeste ensejava um vontade pessoal, mas as motivações eram bem complexas. Se no período de Reconstrução o momento foi de esperança de uma possível integração entre emancipados e a sociedade sulista, as medidas impostas aos brancos do sul e as medidas pós-guerra como retirada de direitos acirrou as diferenças e levou a muitos conflitos raciais por parte da população branca. Diversas leis segregacionistas surgiram e foram chamadas leis *Jim Crow*. O nome Jim Crow foi um termo pejorativo difundido por uma canção cômica de 1832, e era dado a qualquer negro nos Estados Unidos. Foi também de um conjunto de leis segregacionistas surgidas no país entre 1876 e 1965. Estas leis criavam instalações separadas para brancos e negros e retiraram a validade da 14ª e 15ª. Emendas e da Declaração dos Direitos de 1875 que garantiam os direitos aos libertos. Elas afetaram não só afroamericanos mas também asiáticos e indígenas restringindo as liberdades e os direitos civis. Estas leis só deixaram de vigorar a partir de 1954 quando a segregação escolar foi declarada inconstitucional pela Suprema Corte. Em 1964 as outras leis de Jim Crow foram revogadas pelo *Civil Rights Act*.

Este contexto somado a ações de violência como os linchamentos contra os afrodescendentes foi uma das motivações que levou milhares de negros a sair do sul. A ida para as grandes cidades foi uma das primeiras alternativas para se afastar do campo e buscar melhores condições de vida. No Brasil, as condições foram menos dramáticas, mas os impactos nas cidades para onde se dirigiram foram imediatas (Silva, 2001). No Rio de Janeiro o impacto se deu no crescimento da população. Damazio (1987) observou um aumento da população carioca da ordem de 95,8% entre 1872 a 1890 e 56,30% até 1906. Este afluxo causou o acirramento de velhos problemas na cidade como falta de habitação e ausência de equipamentos básicos de higiene proliferando doenças. Além da migração oriunda de diversos estados como aqueles da região Nordeste e demais estados havia a migração interna de afrodescendentes vindos das cidades do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro movimento apontado por Damazio e também por Costa.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

No caso norte-americano cerca de 1870 a 1930 mais de 1,5 milhões de negros sul migrou para o norte, sendo mais de 400.000 deles no período de dois anos 1914 a 1916 período da Primeira Guerra inflando as cidades industriais. Os trabalhadores migrantes ao chegarem ao Norte entravam em um de processo de "rotação étnica", onde diversos outros grupos haviam entrado anteriormente. Ou seja, eles fizeram o mesmo destino de imigrantes da Europa meridional e oriental, de brancos sulistas e da força de trabalho nativa do Norte.

Esta rotação também aconteceu em alguns lugares do Brasil e as vezes funcionava de forma inversa expulsando os afrodescendentes e postos que tradicionalmente ocupara. Em São Paulo o espaço dos trabalhadores agrícolas negros foi preenchido pelos imigrantes o que levava os trabalhadores negros a áreas ainda pouco exploradas. Esta rotatividade voltou acontecer, mas de modo parecido com o caso norte-americano nas greves de 1917, 1918 e 1919. Este foi um momento de intensas lutas por melhores condições de trabalho e de certo desencanto com os trabalhadores europeus que passaram a reivindicar direitos trabalhistas. Como forma de quebrar o movimento muitas fábricas demitiam os trabalhadores grevistas surgindo algumas vagas nas indústrias, usadas pelos trabalhadores afrodescendentes que entravam na desconfortável de trabalhadores fura-greves (Cunha, 1992).

Os momentos de guerra e foram particularmente favoráveis aos trabalhadores negros no Norte no caso americano. Havia restrições à imigração estrangeira, principalmente durante a 1ª Guerra Mundial (Grossman, 1989, Marks, 1989) que beneficiaram os trabalhadores sulistas que tinham menor concorrência para o trabalho.

No Brasil foi o trabalho no campo que atraiu a mão-de-obra estrangeira. Eles vinham para a cultura do café na condição de colonos. As condições eram duras e queixas eram freqüentes, mas com a dívida da viagem financiada como vínculo nos primeiros anos pouco se podia fazer contra a exigência dos fazendeiros. Os fazendeiros preferiam os europeus e havia pelo menos dois motivos que lhes dava suporte neste sentido. Primeiro era o preço baixo da mão-de-obra e os ganhos que se tinha no endividamento do trabalhador que precisava de gêneros de primeira necessidade que o fazendeiro vendia. Segundo que havia todo um arcabouço teórico racista que transformou o ex-escravo que fora o trabalhador preferencial em um degradado com baixa produção e nenhuma qualidade. Para aqueles que permaneciam na zona rural era bastante difícil porque os trabalhos disponíveis eram apenas os sazonais.

Já com relação aos afrodescendentes havia queixas freqüentes por parte dos fazendeiros que reclamavam das exigências dos antigos trabalhadores cativos. Havia uma tendência de se poupar mulheres e crianças por parte das famílias além da idéia de remuneração justa que definitivamente causava diferentes leituras entre fazendeiros e trabalhadores negros. Não houve nada parecido com o processo de violência



racista de uma Ku Klux Klan, mas é preciso lembrar que a violência e a expulsão sempre pautaram as relações trabalhistas no campo.

Até onde se pode averiguar a preferência dos afrodescendentes foi pela vida nas cidades. Segundo o Censo em São Paulo a densidade populacional em 1920 na faixa de homens entre 15 e 49 anos era de 30,21 enquanto que no Rio de Janeiro era 193,94 pessoas. Guardadas as proporções diferenciadas entre os tamanhos de territórios, não era possível deixar de considerar que entre os dois estados o Rio tinha mais pessoas e atraía os trabalhadores² além de ser neste período a capital federal do país. Após 1920 a população de São Paulo cresceu vertiginosamente. No censo de 1872 ela era de 83.7354 pessoas e em 1890 já era de 1.384753. Na década de 1920 as atividades econômicas haviam se diversificado e a cultura do café se espalhou para áreas mais ao Norte, Nordeste e Oeste de São Paulo, depois Norte do Paraná.

Mas pensar a situação dos afrodescendentes apenas em torno das oportunidades é desconsiderar outras questões importantes do contexto histórico. As teorias racialistas pesaram aqui no Brasil e era o combustível da segregação em forma de lei nos Estados Unidos. Estas tensões raciais se intensificaram após a I Guerra Mundial, quando os empregadores negros trazidos do sul pelos as dezenas de milhares de derrotar a organização de sindicatos industriais e unidade para baixo os salários nos EUA. Estas tensões estavam presentes de forma contínua na contratação e promoção de trabalhadores negros e ajudaram a manter o empobrecimento dos negros no Norte. No Brasil a pobreza dos trabalhadores negros foi considerada uma herança da escravidão e o racismo científico condenava “os pretos a um atraso inexorável” que justificava a ausência de oportunidades de trabalho e estudo. Mas ao contrário do que pensavam alguns teóricos a pobreza vinha da falta e oportunidades e não de competência. Andrews aponta esta condição no Brasil, em especial no caso de São Paulo onde os poucos negros a conseguirem oportunidades em empresas com o Light and Power foram muito bem sucedidos tanto quanto aqueles homônimos do norte nos Estados Unidos.

Para os europeus, especialmente os europeus do sul, central e oriental, muitos dos fatores de atração e foram semelhantes às que influenciam as decisões dos imigrantes negros. A liberdade da opressão por motivos religiosos e étnicos, bem como melhores perspectivas econômicas, trouxe muitos europeus para as cidades da América (Lieberson, 1980). As razões subjacentes para a migração interna e internacional pode ter sido semelhante, não significa que as experiências desses dois grupos de imigrantes foram necessariamente as mesmas. De fato, as chances de sucesso econômico nos Estados Unidos e no Brasil foram, em sua maior parte, maiores para os imigrantes europeus que para os nativos afrodescendentes.

Os migrantes logo perceberam a necessidade de se mobilizar e foram criados diversos órgãos de representatividade que buscavam mobilizar a comunidade de falar de suas lutas. Nos anos 1920 encontramos

² Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Rio de Janeiro: Typ.da Estatística,1923, vol. 2, 1ª. Parte p. LXXXVIII.



dois periódicos produzidos pela comunidade negra que tratam da vida cotidiana desta população nas cidades onde viviam.

Escolhemos dois jornais para um breve estudo O Getulino feito em Campinas-SP e o Opportunity. Ambos circularam nos anos de 1920 de 1923-1926 e buscavam cada em sua região tratar dos assuntos cotidianos da comunidade.

No Getulino as temáticas eram variadas e voltavam-se para vida cotidiana dos negros em Campinas. A cidade acompanhava o boom econômico com uma extensa produção de café e com o surgimento de fábricas. Cleber S. Maciel (1987) ao estudar as práticas de discriminação racial no período pós emancipacionista centrou-se na cidade de Campinas, no interior de São Paulo, e verificou uma imensa quantidade de ocorrências de intolerância racial nos anos que se seguiram à Abolição.³ Cidade do oeste paulista, ela tornou-se um entroncamento de ferrovias paulistas como as Companhias Mogiana, Paulista e Sorocabana. Estas linhas cortavam o estado e desembocavam em Santos, servindo, sobretudo para transporte da produção de café. Campinas também possuía a fama de ser uma cidade cruel no que diz respeito ao tratamento dado a escravos,⁴ o que se pode deduzir a partir do número de revoltas que ali se sucederam, embora os fazendeiros contestassem este fato.⁵ Para alguns habitantes negros da cidade, as dificuldades de vida neste local vinham do seu passado escravista de rigor com escravos e a manutenção de distanciamento dos grupos étnicos. Esta característica permeou as relações entre brancos e negros nos momentos que se seguiram à lei Áurea e apoiou-se na discriminação pela cor da pele.

O Opportunity circulou em Nova Iorque d 1923-26 e foi produzido pela Liga Urbana Nacional. Este órgão buscava foi criado para elevar a condição material e ideológica dos homens negros frente as dificuldades da segregação. Como observaremos cada um volta-se para suas dificuldades cotidianas de diferentes contextos, mas buscavam combater as desigualdades raciais.

³ Cleber S. Maciel *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)* 2ª ed., Campinas, CMU-Unicamp, 1997.

⁴ Sobre o assunto ver Lúcia Helena O. Silva “As estratégias da sedução: mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade: 1850-1888”, dissertação de mestrado FE-Unicamp, 1993; Robert Conrad *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, São Paulo, Nacional, 1975, Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, 1978, Irene M. F. *Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas*. São Paulo, FFLCH-USP, 1983.

⁵ “Nesses meses de verão do Rio das Pedras, nas horas de descanso do piano e dos livros, minha mãe ensinava as rapariguinhas da fazenda e cosia(...) cosia muito bem; cosia par si, para a mãe, para os sobrinhos e... para as escravas... crianças e noivas... tinha minha mãe uma formação completa, e achava graça em mandar vir as crioulinhas limpinhas, para vestir, ela mesma, com as camisolas novas de chita(...) os escravos do meu pai foram felizes enquanto tiveram sinhô e sinhá moça, que lhes cuidavam da roupa, da comida, que lhes impediam quanto possível, as bebedeiras, que ensinavam as rapariguinhas a trabalhar e os creoulinhos a rezar e a **ser gente de bem**” (grifo meu). Amélia de Resende Martins(org.) *Um idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende*, São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Histórico Nacional, 1932, pp. 214, 258-9. Em que pese as descrições idílicas das relações ente senhores e escravos na fazenda do Barão, registrados pela filha do barão, sua fama de cruel produziu até mesmo uma lenda intitulada a lenda do boi falô. Rita Ribeiro *Barão Geraldo: História e Evolução*, Campinas, Ed. do Autor, 2000.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

No dia 23 de agosto de 1923 O Getulino estampava em seu editorial uma matéria sobre a à preferência por imigrantes no mercado de trabalho

Vocifera a protetora do alto de sua sabedoria que o estrangeiro chega ao Brasil, vai para a fazenda, passa à cidade, seus patrícios lhe dão lugar de servente, põe-lhe a colher e o martelo nas mãos, dias depois ele é mestre, empreiteiro, está em primeiro plano, sendo o preferido. Enquanto isso, o negro, por misericórdia, continua amassador de barro ou carregador de caçambas.

Perguntamos agora: quem é culpado disso tudo?

Será o estrangeiro, será o brasileiro, será o negro?

Não

O elemento estrangeiro que aporta {} é portador de alguma outra educação, traz na bagagem de sua atividade outras energias que nós os brasileiros brancos, pretos e pardos, não temos conhecimento.

O brasileiro branco deixou-se vencer pelo elemento estrangeiro devido à sua indolência característica, devido à péssima educação do passado, onde ele apenas aprendeu a receber e gastar o fruto do trabalho escravo.

Vem daí esse fenômeno extraordinário, do estrangeiro ser a maior potência da atividade nacional.

O brasileiro negro, esse é naturalmente inimigo do trabalho, é indolente, é preguiçoso, mas não por sua culpa. O nosso negro é tragicamente vítima do passado e do viciado cativo de quatrocentos anos. Se ele não é empreiteiro, não é mestre e continua carregando a caçamba de barro, quase que acontece o mesmo ao branco.

Nas cidades e nos campos, vemos o estrangeiro subalterno de ontem transformado em senhor, em patrão, em capitalista de hoje. Quantas fazendas de brancos não passaram a pertencer os colonos?

Quantos colonos de ontem são milionários de hoje?

Ora se isso tem acontecido ao branco, com muito mais razão tem que acontecer ao preto brasileiro.

E perguntamos: que culpa tem o estrangeiro desse modo nosso defeito racial?

Como nossa autópsia já está demorada, vamos guardar o cadáver, para no próximo domingo tirarmos mais um pedaço de sua podridão peçonhenta.

E será um punhado e terra lançado ao sepulento⁶

⁶ Getulino, Campinas, 26 de agosto de 1923, p.1.



A matéria denuncia a preferência e o incentivo recebido pelo imigrante para ocupar as vagas no mercado de trabalho em detrimento dos trabalhadores nacionais, em especial o negro. Aponta também a maior facilidade dele estabilizar-se e acumular riquezas em relação à estagnação social dos afrodescendentes (enquanto isso, o negro por misericórdia, continua amassador de barro). Diferenças apontadas por George Andrews (1998) e Petrônio Domingues (2006). O que mais desperta a atenção é o posicionamento de quem redige o texto, afirmando que nada pode ser feito por tratar-se de uma herança escravocrata, além da exaltação das virtudes do estrangeiro em comparação com o nacional. A crença em uma suposta superioridade branca e uma inferioridade está ligada ao tempo de escravidão, desse modo admitindo uma desigualdade devido a uma herança está presente na mente daqueles que combatem o racismo.

No mesmo ano em Nova Iorque no mês de janeiro também os afrodescendentes americanos falavam sobre a imigração. O texto dizia que viam com apreensão a voltada imigração ainda que fosse controlado por cotas porque se inundava ainda mais o mercado de trabalhadores nas indústrias do norte. Os sulistas estavam experimentando uma elevação das condições materiais de vida, resultado da ampliação das indústrias que elevava as vagas de trabalho. Com a vinda dos estrangeiros, a tendência de se contratar brancos ainda que de fora pudesse se fortalecer e fragilizar as condições materiais da comunidade negra⁷.

Aqui o temor da concorrência também se expressava ante a possibilidade de uma maior número de imigrantes. Fala-se também da preferência racial dos empregadores e há entrelinhas certo entendimento de que os entraves a imigração era necessários para a manutenção dos empregos dos trabalhadores negros. Ante as impossibilidades de uma luta pela igualdade devido à segregação o problema do desemprego volta-se para os concorrentes.

No jornal de Campinas a preferência pelo imigrante era o grande problema e a herança da escravidão uma marca indelével que levava os afrodescendentes a uma desvantagem frente ao branco brasileiro e maior frente ao imigrante europeu. Nos Estados Unidos a dificuldade era a manutenção de conquistas como o emprego ante a vinda de novas levas de imigrantes. Para Irene F. Barbosa, a imprensa negra teve um importante papel educativo junto à comunidade negra no sentido de mobilizar e tratar de estratégias de combate à discriminação racial⁸.

Mas a tônica mais freqüente era mesmo a discriminação racial praticada nos dois lugares. Cleber Maciel destacou o alto grau de violência empregado contra as pessoas negras que ficavam nas ruas em

⁷ Opportunity, Janeiro de 1923, p.18e 19.

⁸ Irene M.Barbosa, *Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas* pp. 28-29.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

horários de lazer e descanso. Em cidades onde o uso do escravo havia sido intenso, como Campinas, as ações discriminatórias aconteciam habitualmente:

*Não se pode mais sair com a família sem que hordas de negros invadam as ruas, especialmente a rua Barão de Jaguara. É preciso coibir as cáfilas antes que o mal cresça.*⁹

A notícia, estampada em um jornal de Campinas, recriminava o direito de cidadãos negros de percorrer as ruas junto com os brancos, ou seja, o lugar deles não era ali junto a famílias brancas, ficando ainda subentendida uma ameaça de repressão contra eles. Coibia-se o direito de ir e vir dos afro-descendentes e manifestava-se a não possibilidade de convívio no mesmo espaço com os brancos. A repreensão se fazia inclusive pelo uso de adjetivos ofensivos comparáveis aos utilizados para animais e criminosos.

Chama-nos também a atenção a posição abertamente racista do queixoso anônimo, uma vez que era uma nota de um leitor. Fosse sua queixa algo considerado injusto ela nem seria publicada, uma “prova” da aquiescência do jornal e das elites locais. A rua Barão de Jaguara era considerada um território dos grupos mais abastados. Em depoimento, Cypriano de Oliveira, um outro afro-descendente que viveu desde 1922 em Campinas, afirmou que aos domingos e fora do período de trabalho este espaço era praticamente vedado aos não brancos, embora a rua fosse pública¹⁰. Ele ainda acrescentou que “terríveis humilhações” eram infligidas aos negros quando passeavam pela Barão de Jaguara, a rua principal e onde se localizava a sede social do Clube de Cultura Artística que reunia a comunidade mais abastada nos dias de domingo.¹¹ Nela se concentravam os grupos de maior poder aquisitivo assim como a elite intelectual da cidade, sendo que aqui também se destacavam as manifestações de racismo¹². Ocorrência de atos de violência de natureza racial contudo, aconteciam mesmo entre as pessoas que não eram da elite:

*Ontem na rua Ferreira Penteado, um menor, filho de Germano de tal, atirou uma pedra contra uma preta, ferindo-a na cabeça. A infeliz deu queixa a polícia sendo o menor severamente repreendido*¹³.

⁹ *Gazeta de Campinas*, 3 de março de 1900.

¹⁰ Depoimento de Cypriano de Oliveira a Lúcia Helena Oliveira Silva em novembro e dezembro de 1991.

¹¹ Segundo Cypriano de Oliveira o negro que ousasse passar nas ruas poderia receber cusparadas ou ser xingado do alto da sede, um sobrado à esquina da rua Barão de Jaguara com Benjamim Constant.

¹² O Clube de Cultura Artística surgiu dos saraus do CCLA (Centro de Ciências Letras e Artes) e reunia a elite intelectual da cidade, seu primeiro sarau data de 1915. Para maiores detalhes ver Paulo Sérgio Barreto “O caracol e o caramujo: artistas e Cia. na cidade”, dissertação mestrado IFCH-UNICAMP, 1994.

¹³ *Diário de Campinas*, 24 de fevereiro de 1891.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

Agressão:

*O italiano Rafael Pagani, residente no bairro do Bonfim, de certo tempo a esta a parte, começou a suspeitar de feitiçarias de uma preta de 100 anos de idade, sua vizinha. A infeliz velha, ultimamente, causava-lhe terror. Ontem o supersticioso encontrou-se com a feiticeira, e, como esta o encarasse, descarregou-lhe várias e violentas pancadas com um pau de rolo de fumo, prostrando-a em estado grave. A polícia tomou conhecimento do fato, fazendo medicar a ofendida.*¹⁴

As duas notícias acima relatavam manifestações de violência e intolerância por parte de “pessoas comuns”, uma criança e um homem idoso. Em ambos, as vítimas eram mulheres e seus agressores, brancos do sexo masculino. Enquanto na primeira notícia, a agressão relativiza-se pela atenuante de um menor ter sido o agressor, na segunda a violência partia de um adulto que, a partir de uma suspeita sua agride uma mulher idosa. É interessante observar que, embora o jornal denunciasse à agressão covarde do italiano à anciã negra, uma provável ex-escrava, ele incorporava a suspeita do agressor, pois em um determinado momento a chama de feiticeira, sem aspas, isto é, sem relativizar a acusação feita. Além da gravidade do ato em si, revelando a intolerância racial aliada a uma interpretação religiosa, vemos novamente agressões contra mulheres negras baseadas em suspeita de feitiçaria. A seqüência de atentados a mulheres afro-descendentes era denunciada pelos militantes negros, e constituía-se em provas eloqüentes das dificuldades vivenciadas por este segmento da população nesta cidade do interior e neste estado¹⁵.

Em Campinas, o dinheiro proporcionado pelos lucros do café permitiu que florescessem várias manifestações culturais na cidade, como a criação de clubes literários, salões de chá onde se congregavam políticos conservadores e aqueles ligados ao partido republicano, depois PRP (Partido Republicano Paulista). Figuras como Campos Sales, Francisco Glicério e os irmãos Lobo foram atuantes na campanha abolicionista e atuaram intensamente junto aos tribunais.¹⁶ Contudo, é interessante perceber que a defesa da liberdade dos escravos não implicava necessariamente na incorporação do mesmo na sociedade em condição paritária aos brancos. A maioria acreditava ser necessário um processo de adaptação do liberto às novas condições. Segundo o depoente Cypriano de Oliveira, Orosimbo Maia, que foi advogado e prefeito da cidade no início da década de XX, não

¹⁴ *Cidade de Campinas*, 5 de junho de 1903, citado também em Cleber Maciel, *Discriminações raciais em Campinas*, p.109.

¹⁵ José Carlos G. Silva “Os sub-urbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo, 1900-1930-cotidiano, lazer e cidadania”, dissertação de mestrado IFCH-Unicamp, 1990, pp.73-101.

¹⁶ José Carlos G. Silva, “Os sub-urbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo, 1900-1930-cotidiano, lazer e cidadania”, cap. 2.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

permitia que negros andassem na mesma calçada em que ele estivesse, havendo muitas ocasiões que ele agredia as pessoas negras com sua bengala.

Mesmo em espaços privativos, a comunidade negra de Campinas não deixava de sofrer a ingerência dos grupos da elite branca. Os excessos de intolerância, combinados com formas de controle e disciplinarização dos descendentes de escravos, ocorriam com frequência como podemos ver nesta notícia:

Aplaudimos com desassombro toda e qualquer ação da Polícia, mormente quando vem ela concorrer para o progresso de nossa terra. O mesmo apoio dispensamos nas anteriores campanhas não podemos emprestar à que ultimamente iniciou a polícia contra as pretas desocupadas que foram guindadas pelos diversos agentes que percorreram vários cortiços no bairro do Frontão, prendendo as mulheres ali residentes que se ocupavam em nada fazer!

Creemos que a intenção da autoridade não é melindrar quem quer que seja quando se trata de restabelecer a ordem (...) Mas segundo o noticiário dos jornais, parece que, unicamente por elas serem pretas, morar em cortiço e sem ocupação (o que não é verdade) é que lhes movem guerra. Conhecemos muitas brancas que também residem em cortiço e sem ocupação porque não se obriga a essas que procurem emprego?¹⁷

Vemos que a situação de discriminação era apoiada diretamente pelas autoridades policiais, que prendiam pessoas que estavam em suas casas sem alegação de infração de qualquer lei, a não ser idéia de que eram mulheres negras desocupadas, alegação refutada pelo jornal da comunidade negra. Mas, ainda que as acusações fossem verídicas, a gravidade do fato estava no desrespeito à condição de liberdade que elas possuíam. Ser pobre, morar em cortiços e ser negro em Campinas, parecia incidir em ser potencialmente culpado e não simples suspeito.

Nos Estados Unidos mesmo nos estados do norte onde a discriminação racial era sentida em menor grau a segregação não deixava de ser sentida. Firma grandes admitiam negros mas tinham para isso uma cota como era o caso da Coca Cola que no na ode1923 atingira a sua cota de 2000 migrantes negros. O temor da comunidade estava em um fechamento de vagas nas fábricas e a sobra aos trabalhos tradicionais mais duros. As rápidas oportunidades de acesso aos estudos e a criação de algumas instituições de ensino superior como a Fisk e Howard criaram uma pequena mas ruidosa elite intelectual negra que lutava junto a burocracia para criação de maiores oportunidades acadêmicas, sociais e no mercado de trabalho. Ainda em 1923 a Comissão de Relações de Raça de Chicago realizou um levantamento sobre empreendimentos de brancos e negros¹⁸.

¹⁷ Getulino, 11 de novembro de 1923, p.2.

¹⁸ Opportunity, janeiro de 1923, p19.



Este trabalho resultou de um estudo de 3 anos apontou resultados iguais entre brancos e negros. São variáveis como apoio financeiro, treinamento, escolaridade, que produzem visão empresarial e auxiliam poderosamente na eficiência e na ao cor da pele. Percebe-se que ainda que a segregação fosse um fato o desmonte ideológico do racismo era exaltado como importante dado para a luta pela igualdade.

A exortação de bons comportamentos de ser “um negro de bem” temáticas trabalhadas regularmente. Em artigo denominado “Sentimento de Pertença” no Opportunity os redatores exortavam aos seus leitores que apresentassem um bom comportamento e alertava que os departamentos pessoais estavam buscando aferir através de questionários as atitudes, moral e capacidade observando a influência destes qualitativos na produção. Por isso, era importante demonstrarem apreço e gratidão pelo trabalho. Este tipo de sugestão vinha junto com artigos que também criticavam o código de convivência entre negros e brancos que sempre fragilizava os negros que entrevam nas mesmas greves mas eram os primeiros a serem demitidos.

As práticas de discriminação racial eram vigentes em todos os lugares como aponta Loner ()¹⁹. Mas se estas práticas geravam constrangimento, elas levavam também à politização dos afro-descendentes, o que se traduzia na emergência de vários canais de protesto e luta por condições dignas de sobrevivência. Em São Paulo, como decorrência deste processo, criou-se um grupo de liderança que formou a elite intelectual negra. Esta elite fomentou o engajamento dos negros paulistas já nas primeiras décadas do pós-Abolição, assumindo inclusive o papel de orientar a comunidade quanto aos códigos de procedimentos que entendiam como adequados para a convivência entre eles e os brancos.²⁰ Nesse sentido, foi fundamental o papel desenvolvido por periódicos negros como o jornal **Getulino** na divulgação de normas de comportamento apropriadas aos seus leitores como observamos no trecho do artigo abaixo:

Norma de conduta

O homem preto quase que geralmente não está (?) atento par as leis da sociedade, fazendo muito pouco caso de se portar nas ruas e mesmo nos lugares em que se encontram, sem se lembrar que nós, os homens de cor preta ou escura, somos observados em todos os nossos passos e em

¹⁹ Durante todo o período de existência do jornal *Getulino*(1923-26), e em outros periódicos da imprensa negra que surgiram de 1915 a 1963, foram verificadas ocorrências de racismo e discriminação. Miriam N. Ferrara “A imprensa negra” In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 5, n° 10, março-agosto de 1985. Pp.197-207.

²⁰ Entendemos como elite negra paulista aqueles que eram líderes reconhecidos junto à comunidade e militavam na imprensa negra ou em associações da comunidade. São exemplos desta elite, Henrique Cunha, José Correia Leite, Evaristo de Moraes, Jaime Aguiar, Lino Guedes, entre outros.



*todos os nossos atos, resultando daí que pelo procedimento de muitos qualificam a toda a nossa raça (...)*²¹

Observamos aqui como as exortações tratavam da responsabilidade de alguns indivíduos cujo comportamento repercutia sobre a opinião pública, isto é, dos brancos acerca dos negros. Estar atento às leis significava corresponder a um comportamento aceito posto que fossem observados pelo restante da sociedade. Esta posição de exemplo deveria espelhar-se na estética, nas formas de tratamento que elogiavam a discrição, e mesmo o reconhecimento de um lugar social. No segundo número do **Getulino**, um artigo repreendia o hábito de alguns *homens de cor* posicionarem-se à frente das procissões, a modos de “mamãe óie eu”. Estar na frente do cortejo era no entender, do jornal, um exibicionismo que demonstrava falta de educação religiosa. O lugar não seria, contudo atrás de todos *comendo pó*, mas em uma “posição adequada”²². Aquelas recomendações acabavam por revelar o ideário dos negros no pós-abolição, naquela sociedade, ou seja, o lugar social entendido como ideal era aquele que os aproximava do grupo, nem atrás isolados, nem à frente de todos. Os negros buscavam ser entendidos na singularidade de sua condição e respeitados como os brancos.

Considerações finais

Para entender as relações entre mobilidade, trabalho, convivência dos diversos grupos étnico-sociais estudar a experiência norte americana e aproxima-la de nossa experiência pode trazer muitas aproximações. A vida dos emancipados e seus descendentes aqui e em outros lugares da América reuniu um gama de estratégias onde tiveram que reinventar-se como pessoas competentes e capazes em um sistema que os transformou explorou primeiro enquanto escravos explorando-os no comércio e no trabalho. Depois na liberdade enquadrando-os com o racismo onde eram parte de um sistema econômico global como mão-de-obra reserva.

Desse modo, quando pensamos nas causas da situação e marginalidade e miséria dos afrodescendentes nas Américas depois da abolição é preciso contextualizar a experiência afrodescendente no desenvolvimento histórico mundial do capitalismo. Por enquanto, os dados apontados preliminarmente mostraram-se ricos

²¹ *Getulino*, 13 de julho de 1924, p.2.

²² *Getulino*, 5 de agosto de 1923, p.1



suficientemente para entender que os percursos mobilidade negra no Brasil e nos Estados Unidos no período das duas primeiras décadas do século XX foram pontuados de estratégias ricas poderão contribuir com os estudos voltados para a história recente afroamericana.

Bibliografia

ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru-SP: USC, 1998.

Barbosa Irene M. *Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas*.

COSTA, Carlos Eduardo C. **Campesinato Negro no Pós-Abolição**: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940). Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Tese de doutorado - USP, 1998.

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 1996

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negros, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Integração do Negro na sociedade de classes*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, vol. I e II, 1965.

Foner, E. *Nada além da liberdade* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

GROSSMAN, James R. *Land of Hope: Chicago, Black Southerners, and the Great Migration*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

LIEBERSON, Stanley. *Ethnic Patterns in American Cities*. New York: Free Press, 1978.

LONER, Beatriz A. *Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937*. Porto Alegre: Tese de doutorado – UFRGS, 1999.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Edusp, 1994.

Maciel Cleber S. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)* 2ªed., Campinas, CMU-Unicamp, 1997.

MARKS, Carole. *Farewell--We're Good and Gone: The Great Black Migration*. Blooming-ton: Indiana University Press, 1989.



Martins, Amélia de Resende (org.) *Um idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende*, São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Histórico Nacional, 1932.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL REALIZADO EM 1 DE SETEMBRO DE 1920. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Rio de Janeiro: Typ.da Estatística, 1923.

RIOS Ana M. L. e COSTA Carlos E. C. Migração de negros no pós-abolição: duas fontes para um problema Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

SPOLLE, Marcus V. e ANJOS José C. G. dos Trabalhadores do porto no período pós-abolicionista em Pelotas: da inserção do negro no mercado de trabalho livre a decadência de uma atividade no município.

TOLNAY Stewart E. and BECK, E. M. Black Flight: Lethal Violence and the Great Migration, 1900-1930 In *Social Science History*, Vol. 14, No. 3 Published by: Duke University Press on behalf of the Social Science History Association, Autumn, 1990.